

Sugerido plano para renegociar

"Renegociação ordenada da dívida externa, equacionando-a em conjunto com o sistema financeiro internacional e com a cooperação do mundo desenvolvido, visando ao crescimento do comércio exterior, com a redução das taxas de juro, suplementando os recursos financeiros derivados do FMI e do sistema bancário internacional, através dos bancos centrais das nações industrializadas." Essa foi a tese defendida pelo economista Affonso Celso Pastore, ex-secretário da Fazenda de São Paulo, no governo Maluf, durante a reunião-almoço de ontem na Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, não só para se superar o problema da dívida externa brasileira, mas também da dos países em desenvolvimento.

Favorável à atuação dos ministros brasileiros da área econômica, junto com o presidente do Banco Central, Pastore considera correto o Brasil ter recorrido ao FMI como também agora ao Clube de Paris. "Dessa maneira, será possível estancar o crescimento da dívida externa e assim chegar, através da sua renegociação, a aumentar em 20% as nossas exportações e até obter taxas de juro de 6%", afirmou o economista, acrescentando que, assim, haverá recomposição da capacidade de poupança. Entende, porém, que para o crescimento econômico, há necessidade de o governo dar maior flexibilidade à expansão monetária e ser mais austero nos gastos públicos.

Affonso Celso Pastore disse ser contrário à tese do PMDB de uma moratória unilateral, por entender que ela provocaria uma recessão econômica maior do que a atual. "O Brasil é dependente de petróleo e teria de enfrentar um período imprevisível de racionamento, pois não teria mais financiamentos, extensivos também aos bens de capital e de insumos básicos", advertiu, lembrando ainda que uma parcela importante das exportações brasileiras dependem de financiamentos internacionais.

O economista salientou que, para o reordenamento da economia, é preciso atacar todos os setores ao mesmo tempo, ao afirmar que o Decreto Lei nº 2.045 constitui apenas um instrumento alternativo e paliativo do governo para evitar um maior desemprego. "Acredito que o 2.045 será benéfico, pois auxiliará na baixa da inflação e, conjuntamente, provocará o crescimento econômico. Presinto que a taxa de inflação em setembro já será inferior a 9%, portanto bem mais baixa do que nos últimos meses. Basta notar a queda acentuada dos preços no comércio."

Entretanto, acrescentou que a solução final da questão salarial deve ser a livre negociação entre empregadores e empregados, "só que, isso, implica uma alteração da Lei de Greve e da que rege os sindicatos, entre outras". O ex-secretário da Fazenda de São Paulo é de opinião, também, de que a previsão do governo de fechar o ano com equilíbrio nas contas externas se confirmará, "apesar do atraso momentâneo de quase dois bilhões de dólares na balança de pagamentos".